



Comissão aprova reajuste de 5% em 2013 para ministros do STF

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, nesta quarta-feira (28/11), projeto de lei que prevê reajuste de 5% para ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República a partir de janeiro de 2013. Com isso, o teto do funcionalismo público passaria de R\$ 26.723,23 para R\$ 28.059,28. Como vários vencimentos são vinculados à remuneração dos ministros e do procurador-geral, o aumento também beneficiaria juízes e procuradores. O texto ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara antes de ser apreciado no Senado. As informações são do portal *G1*.

Pela proposta, os ministros e o procurador deverão ter o mesmo percentual de aumento, de 5%, em 2014 e 2015. Com isso, se aprovado o projeto em definitivo, o teto salarial do funcionalismo chegará a R\$ 30.935,36 em 2015.

O reajuste é menor do que o reivindicado pelo Judiciário e já estava previsto no Orçamento de 2013. Em setembro, o então presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, enviou projeto de lei ao Congresso solicitando ajuste de 7,12% em 2013. Com a aprovação da proposta de 5% de aumento, o projeto do Supremo foi derrubado.

“Todos os demais projetos de reajuste foram apensados a este, então para haver outro aumento teria que ser enviada uma nova proposta. Nesse ano não tem como oferecer reajuste maior mais”, afirmou o deputado Antônio Andrade (PMDB-MG), relator do projeto que fixa o aumento em 5%.

O deputado afirmou que há acordo para aprovar, na próxima semana, proposta de reajuste de 5% para servidores do Judiciário. O percentual é o mesmo previsto para funcionários do Executivo. Segundo ele, se aprovado o projeto, o impacto no orçamento, considerando também a remuneração dos ministros, será de R\$ 1,1 bilhão.

“O Judiciário queria um valor maior, e é justo, mas depois de negociações chegamos à conclusão de que o valor razoável seria o mesmo oferecido ao Poder Executivo. A situação econômica do país só permite esse aumento”, disse Antonio Andrada.

Orçamento do STF para 2012

Em setembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal aprovou o orçamento de 2012 que prevê R\$ 614 milhões para o custeio da corte. O orçamento previa aumento de 14,79% dos salários dos ministros da corte, que passariam dos atuais R\$ 26.725 para R\$ 30.677.

Posteriormente foi enviado um segundo projeto ao Congresso que incluía um reajuste adicional de 4,8% nos salários. A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou as duas propostas e o salário passou para R\$ 32 mil. Com a aprovação do reajuste de 5%, foi derrubada a proposta de aumento que resultaria num salário de mais de R\$ 30 mil no ano que vem.

A questão do reajuste do Judiciário já gerou atritos entre o Supremo Tribunal Federal e o Executivo. Quando a proposta de reajuste de 14,79% foi apresentada pelo STF, no meio do ano passado, a presidente Dilma Rousseff afirmou que não havia dinheiro para pagar o aumento. Naquela ocasião, o



governo defendia um esforço para cortar gastos por causa da crise econômica mundial.

O então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, criticou a posição do Palácio do Planalto.

Date Created

29/11/2012